



APÊNDICE I

LEGISLAÇÃO APLICADA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

Constituição Federal

- Constituição Federal, de 5/10/1988. Dispõe nos artigos 206, 208 e 227 sobre a igualdade de acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino.

Leis

- Lei nº 7.853, de 24/10/1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
- Lei nº 8.069, de 13/jul/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Educação Especial - Reitera os direitos garantidos na Constituição Federal quanto ao atendimento educacional para os portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- Lei nº 10.098, de 23/03/1994. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida.
- Lei nº 8.899, de 29/06/1994. Concede Passe Livre as pessoas portadoras de deficiência no Sistema de Transporte Coletivo Interestadual.
- Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Educação Especial - Capítulo V.
- Lei nº 9.424, de 24/12/1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).
- Lei nº 10.172, de 9/01/2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e Educação Especial e dá outras providências.
- Lei nº 10.216, de 4/06/2001. Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- Lei nº 10.436, de 24/04/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão.
- Lei nº 10.845, de 5/03/2004. Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.
- Lei nº 11.788, de 25/09/2008. Dispõe sobre a participação dos alunos da educação especial em atividades de estágio.

Portarias

- Portaria Interministerial nº 01, de 12/03/2008. Aprova os instrumentos para a adesão ao Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).
- Portaria Interministerial nº 02, de 18/04/2008. Altera o artigo 9º da Portaria Interministerial nº 01/2008 que estabelece os procedimentos e aprova os instrumentos para adesão do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios ao Programa BCP na Escola.
- Portaria Interministerial nº 434, de 4/12/2008. Estabelece critérios e procedimentos relativos às transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal, para aplicação de questionário no âmbito do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada.

Leis Estaduais

- Lei Estadual nº 11.189, de 9/11/1995. Dispõe sobre condições para internações em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares de cidadãos com transtornos mentais.
- Lei Estadual nº 11.911, de 1º/12/1997. Assegura transporte gratuito em linhas de transporte intermunicipais, aos portadores de deficiência, quando estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou capacitação profissional.
- Lei Estadual nº 12.095, de 11/03/1998. Reconhece oficialmente, pelo Estado do Paraná, a Linguagem Gestual Codificada na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados, como Meio de Comunicação objetiva e de uso corrente.
- Lei Estadual nº 13.120, de 21/03/2001. Altera dispositivos da Lei nº 11.911/97, estabelecendo prazo para que as empresas de transporte coletivo intermunicipal adaptem os ônibus das frotas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- Lei Estadual nº 13.126, de 21/03/2001. Cria o Programa de Remoção de Barreiras Arquitetônicas ao Portador de Deficiência.
- Lei Estadual nº 13.450, de 11/01/2002. Dispõe que os deficientes visuais, acompanhados por cães-guias especialmente treinados para este fim, tem direito ao acesso e permanência em qualquer lugar aberto ao público.
- Lei Estadual nº 13.456, de 11/01/2002. Criação do Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência Física.

Decretos

- Decreto nº 5.296, de 2/12/2004. Regulamenta normas e critérios para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência.
- Decreto nº 6.571, de 17/09/2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.
- Decreto Estadual nº 1.821/2000. Regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná – Pessoa Portadora de Deficiência.

Resoluções

- Resolução Estadual SEED nº 652/2001. Cria o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência em todas as comarcas do Estado do Paraná.
- Resolução CNE/CEB nº 02, de 11/09/2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, nos seguintes princípios: a preservação da dignidade humana, a busca da identidade o exercício da cidadania.
- Resolução Estadual SESA nº 318, de 25/07/2002. Dispõe sobre a Legislação Sanitária – Pessoa Portadora de Deficiência.
- Resolução Estadual SEED nº 3.616, de 31/07/2008. Critérios para celebração de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira entre SEED/PR as entidades mantenedoras de escolas especiais.

Instruções SUED/SEED

- Instrução nº 01, de 07/05/2004. Estabelece critérios para a solicitação do serviço de apoio especializado - Professor de Apoio Permanente em Sala de Aula.
- Instrução nº. 02, de 07/05/2004. Estabelece critérios para a solicitação do serviço de apoio especializado - Centro de Atendimento Especializado - área da Deficiência Física.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- Instrução nº 03, de 07/05/2004. Funcionamento da Classe Especial de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, na área da Deficiência Mental.
- Instrução nº 04, de 07/05/2004. Funcionamento da Sala de Recursos para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, na área da Deficiência Mental e Distúrbios de Aprendizagem.
- Instrução nº 05, de 7/05/2004. Funcionamento da Sala de Recursos para o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, na área da Deficiência Mental e Distúrbios de Aprendizagem.
- Instrução nº 02, de 10/03/2008. Estabelece critérios para o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez (CAES), serviço de apoio especializado, no ensino regular.
- Instrução nº 06, de 20/05/2008. Estabelece procedimentos para a implantação e funcionamento do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar.
- Instrução nº 08, de 29/07/2008. Estabelece normas para atuação do profissional tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras/ Língua Portuguesa.
- Instrução nº 010, de 22/08/2008. Estabelece critérios para a solicitação de Professor de Apoio em Sala de Aula para atuar com alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.
- Instrução nº 011, de 22/08/2008. Estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos das séries iniciais do Ensino Fundamental na área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento.
- Instrução nº 012, de 22/08/2008. Estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos nas séries finais do Ensino Fundamental na área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento.
- Instrução nº 013, de 29/08/2008. Estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos para o Ensino Fundamental - séries finais, na área da Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos.
- Instrução nº 014, de 04/09/2008. Estabelece critérios para o funcionamento da Classe Especial nas séries iniciais do Ensino Fundamental, na área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento.
- Instrução nº 015, de 09/2008. Estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos para o ensino Fundamental - séries iniciais, na área de Deficiência Mental/Intelectual e Transtornos Funcionais Específicos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- Instrução nº 016, de 01/09/2008. Estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos, na área de Altas Habilidades/Superdotação, para a Educação Básica.
- Instrução nº 20, de 3/11/2008. Estabelece procedimentos para o processo de reclassificação dos alunos.

Deliberação

- Deliberação CEE nº 02, de 2/06/2003. Normas para a Educação Especial no sistema de ensino do Estado do Paraná.

Parecer

- Parecer CEE/CEB nº 18, de 8/02/2010. Pedido para alteração de denominação das Escolas de Educação Especial.